

CONDIÇÕES DE FUNCIONAMENTO DAS ESCOLAS PÚBLICAS MUNICIPAIS DA PARAÍBA: ANÁLISE A PARTIR DO QUESTIONÁRIO ELETRÔNICO DO DIRETOR SAEB 2021

Jamiles Santos de Lima ¹
Luciana Leandro da Silva ²

RESUMO

O objetivo deste trabalho foi caracterizar e analisar as condições de funcionamento das escolas públicas municipais paraibanas, valendo-nos das respostas do Questionário Eletrônico do Diretor SAEB 2021. A presente pesquisa possui uma abordagem quali-quantitativa, ou seja, parte da necessária complementaridade entre os enfoques qualitativo e quantitativo, na busca por superar falsos dualismos e dicotomias produzidas para favorecer uma visão parcelar e ingênua acerca da realidade. Por fim, partindo das análises feitas por meio do tratamento dos dados estatísticos com o uso do programa de computador Microsoft Excel, nossos resultados nos mostram que a proposta de um instrumento que contextualiza os resultados das provas SAEB é uma ideia interessante, na medida em que se tornaria possível compreender as possíveis causas dos resultados tão desiguais, como por exemplo os recursos financeiros para manter as escolas que como foi analisado se mostram em muitos casos insuficientes. Constatou-se limitações no questionário; as escolas possuem problemas de infraestrutura; os recursos são insuficientes; que o foco principal das escolas é o alcance do Ideb, o que tentam por meio de fixação de metas e treinamento dos alunos e também que existe pouca ênfase e divulgação aos dados contextuais gerados pelo Questionário Eletrônico do Diretor.

Palavras-chave: Gestão Escolar, Questionários Contextuais SAEB, Questionário Eletrônico do Diretor SAEB 2021.

INTRODUÇÃO

A pesquisa de iniciação científica aqui apresentada está relacionada a um projeto de pesquisa mais amplo³. Como uma das etapas fundamentais deste estudo, temos por objetivo caracterizar e analisar as condições de funcionamento das escolas públicas municipais paraibanas, valendo-nos das respostas do Questionário Eletrônico do Diretor SAEB 2021.

Parte-se da problematização das reformas educacionais ocorridas no Brasil e em vários outros países, como parte de um Movimento Global de Reforma Educacional (GERM), decorrente dos avanços do neoliberalismo, em que o Estado passa a cobrar padronização, prestação de contas e torna-se avaliador dos resultados (Verger, A.; Fontdevila, C.; Parcerisa, L. 2019).

¹ Graduando do Curso de Pedagogia da Universidade Federal de Campina Grande - UFCG, jamiles.santos@estudante.ufcg.edu.br;

² Professora da Unidade Acadêmica de Educação da Universidade Federal de Campina Grande - UFCG, luciana.leandro@professor.ufcg.edu.br;

Essa pesquisa justifica-se pela necessidade de compreender as influências que essa lógica gerencial tem no funcionamento das escolas públicas. Dessa forma, o nosso principal objetivo é analisar as condições de funcionamento das escolas públicas municipais da Paraíba, a partir das respostas recolhidas por meio das respostas recolhidas pelo Questionário Eletrônico do Diretor SAEB 2021.

Nossos objetivos específicos foram: Aprofundar no estudo da literatura sobre condições de funcionamento e de gestão das escolas públicas municipais na Paraíba; Caracterizar o instrumento de coleta “Questionário Eletrônico do Diretor SAEB 2021”, tratando sobre o seu contexto de elaboração e de aplicação, situando-o dentro do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB); Analisar as condições de funcionamento das escolas públicas municipais da Paraíba, centrando foco nos aspectos relacionados à gestão escolar, perfil dos diretores, gestão pedagógica e avaliação, recursos e infraestrutura das escolas bem como na relação público-privado; Compreender as potencialidades, bem como os possíveis limites desse instrumento para a caracterização das condições de funcionamento das escolas públicas municipais, a partir das respostas dos diretores escolares, contribuindo para a divulgação dos dados coletados e para o aperfeiçoamento do mesmo.

METODOLOGIA

A pesquisa baseia-se numa abordagem qualitativa e quantitativa, compreendendo a complementaridade e as falsas dicotomias entre ambas (Gamboa, 2013). A pesquisa baseia-se na análise dos dados disponibilizados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas (Inep), responsável pelo Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB). Inicialmente planejamos utilizar os microdados referentes ao Questionário Eletrônico do Diretor 2019, mas devido a publicação de dados mais recentes, referentes ao ano de 2021, resolvemos realizar uma análise do Questionário Eletrônico do Diretor 2021.

No entanto, um de nossos objetivos iniciais era analisar as respostas referentes aos diretores de escolas municipais da Paraíba, mas, de acordo com informações disponíveis no site do INEP, todos os microdados, desde os de os primeiros referentes à 1995, haviam sido retirados do site do Inep para que fossem reestruturados a fim de suprimir a possibilidade de identificação de pessoas, em atendimento às normas previstas na Lei n.º 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD). De forma que, não é mais possível identificar o ente administrativo público como municipal, estadual ou federal, somente é possível identificar se a escola é pública ou privada.

Portanto, optamos por realizar a análise de dados dos diretores de escola que ofereciam, mais especificamente, Ensino Fundamental Anos Iniciais e Educação Infantil já que são etapas majoritariamente atendidas pelas redes municipais da Paraíba segundo censo Escolar 2021 (Inep, 2022). Tal recorte se mostra mais compatível com o nosso objetivo de analisar a realidade das escolas municipais da Paraíba.

Também foi feita a leitura e discussão do projeto de pesquisa PIBIC junto com a orientadora para compreensão e organização do processo da pesquisa; participação em reuniões mensais do Grupo de Estudos em Política e Gestão Educacional da UFCG, responsável pela pesquisa maior a qual o projeto PIBIC está vinculado; caracterização e compreensão acerca da estrutura do instrumento de coleta “Questionário Eletrônico do Diretor SAEB 2021” e apresentação da pesquisa em forma de resumo expandido e publicação em anais em eventos.

A análise dos microdados foi feita com o uso do Excel e Google Planilhas, para melhor compreensão dos resultados e para atender aos nossos objetivos, já mencionados, foram criadas categorias para análise dos dados. Cada categoria resultou respectivamente em uma subseção. Também é necessário destacar que a quantidade de questionários respondidos referentes à Educação Infantil foi de 792, e em relação aos microdados do Ensino Fundamental anos Iniciais, foram 277 questionários respondidos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

CARACTERIZAÇÃO DO INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS: QUESTIONÁRIO ELETRÔNICO DO DIRETOR 2021

Os questionários são aplicados a cada dois anos na rede pública e em uma amostra da rede privada, que resultam em informações contextuais sobre essas mesmas escolas que respondem as provas do SAEB. A partir de 2019 o questionário passou a ser aplicado em formato eletrônico, não mais impresso, o que facilitou a coleta de informações. Os diretores forneceram dados sobre o perfil e a experiência dos gestores escolares, as atividades desenvolvidas, os recursos disponíveis e a infraestrutura do estabelecimento (Brasil, 2019).

No Questionário Eletrônico do Diretor SAEB 2021, cujos dados pretendemos analisar, as questões também envolvem aspectos e são divididos nas seguintes dimensões: 1. Caracterização Geral da Escola (6 questões); 2. Informações Pessoais e Condições de

Trabalho (19 questões); 3. Recursos e Infraestrutura (69 questões); 4. Gestão e Participação (115 questões); 5. Avaliação do Instrumento (1 questão). No total são 210 questões.

É pertinente também enfatizar que segundo o Inep (2023) o Questionário Eletrônico do Diretor (para escolas que atendem a Educação Infantil) junto a questionários eletrônicos para professores de Educação Infantil e secretários (Estaduais e Municipais) fazem parte da avaliação oficial que o SAEB faz sobre a Educação Infantil. E essa avaliação tem foco nas condições de oferta, infraestrutura e gestão e não há aplicação de testes porque os estudantes não podem ser avaliados nessa faixa etária. E que a demanda parte, segundo documento técnico disponibilizado junto aos microdados (INEP, 2021), da legislação, em particular do Plano Nacional de Educação, Lei no 13.005 de 25 de junho de 2014.

A caracterização das condições objetivas e das experiências dos(as) gestores(as) permite conhecer um pouco mais a realidade da educação brasileira, considerando não somente os dados cognitivos apresentados pelo Ideb, mas levando os dados contextuais em consideração, o que para Bonamino (2016) é essencial combinar pois, se o desempenho das crianças dos grupos desfavorecidos é mais dependente das variações nas características escolares que o dos outros colegas, de tal modo devemos conhecer a fundo a sua realidade.

PERFIL PROFISSIONAL E CARACTERIZAÇÃO GERAL DAS ESCOLAS

Com relação ao perfil dos respondentes, apenas 1% afirmou possuir algum tipo de necessidade especial, deficiência, transtorno do espectro autista ou superdotação. E em relação ao aspecto cor ou raça, os respondentes afirmaram que 60% se consideram pardos, seguida de mais de 33% que se consideram brancos; pretos, indígenas e amarelos, fazem parte de uma minoria de 7%.

Em média possuíam 44 anos de idade e a maioria, de modo que 44%, se encontrou no grupo de idade de 40 à 50 anos. E sobre o gênero das pessoas que ocupam cargos de direção nas escolas municipais, dos que responderam a maioria eram mulheres, cerca de 88,3%, portanto passarei a mencioná-las no feminino.

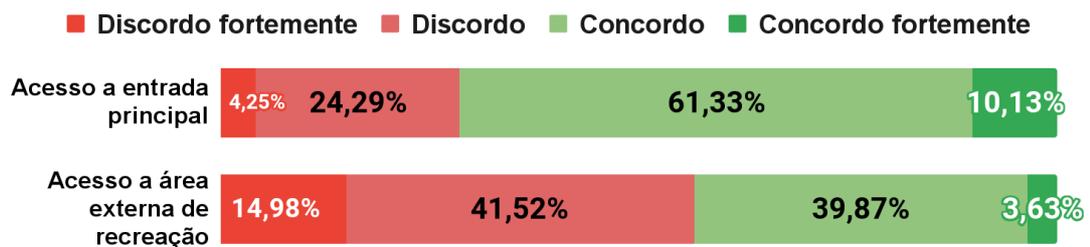
Com relação à média de horas trabalhadas ao longo da semana, tanto em atividades profissionais mais gerais quanto em atividades mais diretamente ligadas à educação, passa das 40 horas semanais, são em média 49h por semana, o que indica uma dedicação de tempo muito alta e, até certo ponto, uma sobrecarga de trabalho que precisaria ser investigada mais a fundo. De maneira que 44,6% ultrapassam as 40 horas semanais de trabalho, chegando até 60h semanais.

INFRAESTRUTURA

Neste tópico abordam-se algumas questões fundamentais para compreender a qualidade da infraestrutura dessas escolas por dentro, mas que não constavam no questionário, e que também não constaram, em sua totalidade, no Censo Escolar de 2021⁴, como: questões específicas sobre existência e condições de uso de equipamentos da área interna como computadores, ventiladores e etc.; sobre (se na existência de biblioteca) se a biblioteca possui tamanho suficiente e de qualidade/acessível/acolhedor, além da qualidade/acessibilidade e tamanho do acervo de livros, existência de sala para AEE, sobre se a quantidade de salas (de aula ou para outras funções) e banheiros eram suficientes e se as condições de infraestrutura predial eram adequadas.

Entretanto, pelos dados disponíveis é perceptível que questões como acessibilidade não contemplam todas as escolas, de modo que, em relação ao acesso à entrada principal e acesso à área externa e recreação adequados às pessoas com deficiência física e visual (ex.: rampas e marcadores no chão), mostrou-se o seguinte (questões 92 e 94):

Gráfico 2 – Acessibilidade da entrada principal e área externa de recreação

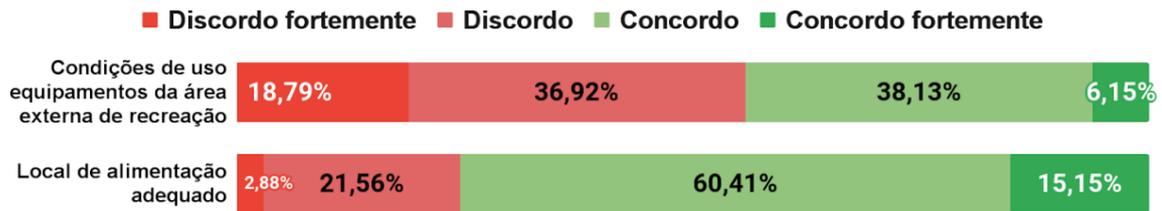


Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados do SAEB (2021).

Quando questionadas sobre a adequação, em relação ao uso de equipamentos da área externa de recreação, se ratificou 56% de inadequação desses equipamentos e em relação ao local de alimentação, não foi adequado em pelo menos 24% dos casos, conforme o gráfico a seguir (questões 93 e 132):

⁴ Em nota que acompanha os microdados é afirmado a complementaridade desses microdados e dos Censo Escolar (INEP, 2022).

Gráfico 3 – Condições de uso dos equipamentos da área de recreação e do local de alimentação



Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados do SAEB (2021).

Considera-se que o modelo de descentralização adotado no Brasil, por meio da municipalização do ensino, ocorreu na forma de desconcentração, na medida em que o Estado distribuiu os deveres de oferta e atendimento (como destaca a LDB), mas não descentralizou os recursos nem o poder de decisão. Pelas respostas das diretoras, observa-se que as escolas enfrentam certas dificuldades em relação à infraestrutura, mostrando que ainda não foi possível superar as desigualdades em relação aos recursos e condições de funcionamento (Pinto, 2014).

GESTÃO ESCOLAR: RECURSOS E AGENTES

Em relação às respostas das diretoras das escolas quando questionadas se os recursos financeiros foram suficientes (questão 43), no ano em questão, mais da metade respondeu que não era o suficiente, cerca de 62%.

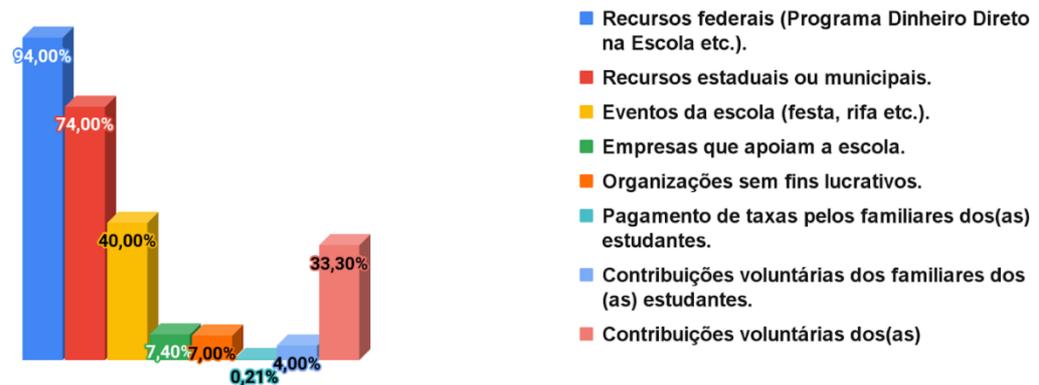
Em estudo sobre a descentralização e desafios aos municípios, Pinto (2014), ratifica que desde os anos 1960 os estados nordestinos, se caracterizavam como estados em que a responsabilidade dos municípios pelo atendimento educacional era muito grande e constata que a distribuição das redes municipais pelo país refletiu muito mais a omissão dos governos estaduais das regiões mais pobres (Pinto, 2014, *apud*. Pinto, 2014). O autor também constata uma dependência muito forte dos complementos da união via Fundeb⁵, sobretudo por parte das redes municipais.

Ou seja, na Paraíba, as redes municipais, responsáveis pelo atendimento da Educação Infantil e Ensino Fundamental assim como prevê a lei, o complemento da união que é muito necessário não se mostra suficiente para todas as escolas. Observado isto, muitas escolas

⁵Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação.

recorrem à outros meios de complementação de verbas, assim como mostram o gráfico referente às questões 107-114:

Gráfico 5 – Fontes de financiamento das escolas de Ens. Fund. Anos Iniciais e Edu. Infantil

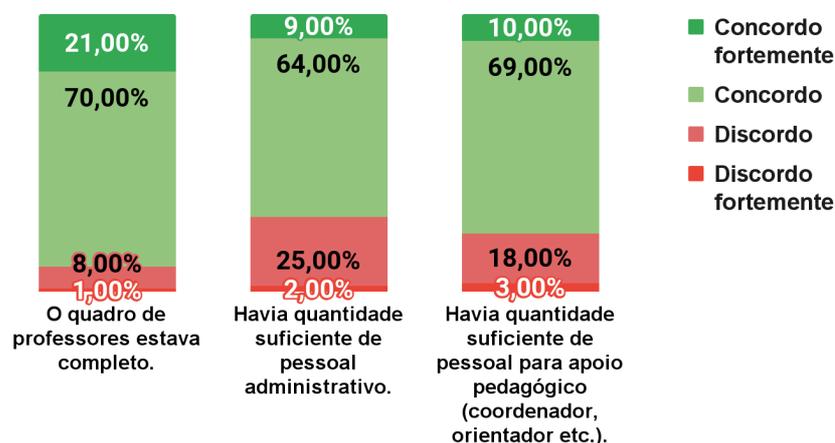


Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados do SAEB (2021).

Repara-se que mesmo com a predominância de recursos federais e de recursos de seus entes federados (estaduais ou municipais), um grande quantitativo de escolas precisou recorrer à promoção de eventos para arrecadação de dinheiro, seguido das respondentes que afirmaram que os profissionais da escola faziam contribuições voluntárias e, ainda que em menor número, também há a participação de ongs, empresas e contribuições dos familiares dos alunos.

Já em relação a completude do quadro de agentes escolares, nas questões 44-46, percebe-se o seguinte:

Gráfico 6 – Completude e suficiência do quadro de agentes escolares



Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados do SAEB (2021).

A falta de agentes escolares, principalmente de pessoal administrativo e apoio pedagógico, se apresenta como um dos possíveis motivos que corroboram para a sobrecarga

que as diretoras apontaram no Gráfico – 1, aliando-se às muitas exigências de seu trabalho. Portanto, salienta-se também o que aponta Silva e Fofonca (2021, p. 310) sobre o fenômeno da descentralização que acabou por transformar a gestão das escolas públicas

[...] a gestão pública passa a ser descentralizada, com ênfase nas parcerias com o setor privado e aberta para a participação da sociedade, com ênfase no aspecto gerencial, que vê os usuários do sistema como clientes que necessitam ser satisfeitos. (Silva; Fofonca, 2021, p. 310)

Em outras palavras, o(a) diretor(a) passou a ter a incumbência de gerir a escola como se fosse seu próprio negócio. Como exemplo, podemos citar a realidade que as diretoras paraibanas aqui ressaltaram: passou a ser parte de seu trabalho fazer os recursos que lhe são destinados e que se mostram insuficientes renderem e encontrar meios alternativos de complementá-los, junto aos outros agentes escolares, chegando até a contribuírem do próprio salário (conforme Gráfico 11).

Nota-se que mesmo diante das grandes carências e desigualdades que a Paraíba enfrenta, assim como outros estados, sobretudo os das regiões Norte e Nordeste, as escolas precisam atender à pressão e necessidade de aumentar seu Ideb. Nesse sentido, Richter; Souza; Silva (2015) apontam que o Estado assume um protagonismo como avaliador e estabelece novas formas de relação entre escola, sociedade e Estado.

GESTÃO PEDAGÓGICA: INFLUÊNCIA DAS AVALIAÇÕES EXTERNAS NO COTIDIANO ESCOLAR

Considerou-se mais pertinente, nesta categoria de análise, fazer uma análise somente das escolas dos diretores que representavam o Ensino Fundamental anos Iniciais, já que essa etapa é alvo de avaliações externas.

Na questão 141, é questionado se o Projeto Político-Pedagógico (PPP) da escola estabelece metas de aprendizagem, somente uma das respostas foi não. A questão seguinte (142) pergunta se o PPP considera os resultados das avaliações externas, como o SAEB ou avaliações estaduais e municipais, observa-se que isso foi ratificado por 99% dos respondentes, demonstrando que essas avaliações acabam balizando o trabalho dos profissionais da escola.

Já quando questionadas se existiam metas de alcance de indicadores externos, como o IDEB, índices estaduais ou municipais, na questão 143, algo parecido aconteceu como na questão anterior, a maioria, cerca de 97% responderam que sim. E a questão 196 pergunta se os (as) estudantes são preparados (as) para os testes de avaliação externos, na qual 93,1% das

respostas foram afirmativas, o que demonstra que essas avaliações possuem grande importância para as escolas e que elas se organizam com a finalidade de atender o que é requisitado pelas avaliações externas, a fim de alcançar as metas estipuladas.

Justamente sobre o que pode derivar desses indicadores educacionais, Oliveira (2013) aponta que pode gerar duas vertentes. A primeira, diz respeito à tomada de medidas para aperfeiçoar a educação, a partir da reflexão acerca do funcionamento da escola e de seu trabalho, com intenção de garantir aprendizagem para todos. Já a segunda vertente assinala a tentativa de melhorar os resultados das testagens, por meio de treinamento para os testes e de fraude, por exemplo, pedindo que os alunos com menor desempenho faltem no dia do teste.

Partindo da informação de que mais de noventa por cento dessas escolas preparam seus alunos para os testes, faz-se ratificar que estejam pendendo para a segunda vertente assinalada acima. De modo que, se acontecesse um trabalho para aperfeiçoamento da educação, se os professores tivessem melhores formações, melhores condições de trabalho, se as escolas tivessem melhores estruturas e se todos recebessem livros didáticos, e etc., não haveria necessidade de preparar alunos para testes, já que os bons resultados nas avaliações seriam consequência da garantia de uma educação de qualidade.

Do item 201 até o 209 foi solicitado que se assinala-se, referente ao ano de 2021, se a equipe escolar havia recebido atividades de formação em nove áreas diferentes, as áreas que mais foram assinaladas foram: 1. Avaliação da aprendizagem (90%); 2. Metodologias de ensino (85%) e Avaliação em larga escala (78%).

É perceptível que a formação em Avaliação em larga escala é a terceira com maior incidência. Esse dado corresponde a necessidade das escolas assegurarem seus bons índices. E como já mencionado anteriormente, na Paraíba, a maioria dos municípios já possui políticas próprias de avaliação externa para preparar os professores e alunos para o SAEB, com foco na proficiência em português e matemática, assim como no SAEB (SILVA; COSTA; FREIRE; et.al, 2020).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os instrumentos que buscam contextualizar os resultados das provas SAEB, tais como o Questionário Eletrônico do Diretor existem desde os anos de 1990 e tratam-se de algo interessante, na medida em que tornariam possível compreender as possíveis causas dos resultados tão desiguais nas provas.

Constatou-se que as diretoras têm extrapolado a sua carga horária e que escolas dos apresentaram várias carências, de modo que mais da metade afirmou que os recursos financeiros não eram suficientes para a escola, o que as mesmas tentaram minimizar, principalmente, por iniciativa própria e, em menor incidência, por meio de parcerias com empresas e organizações sem fins lucrativos.

Mesmo que em relação à infraestrutura houvesse ausência de questões específicas sobre a infraestrutura predial das escolas e sobre a qualidade/suficiência dos espaços e materiais do interior das escolas, foi possível identificar que muitas escolas não possuem estrutura com acessibilidade básica para que alunos com deficiência física ou visual possam entrar pela entrada principal da escola ou para usufruir da área externa de recreação. Além de inadequação de equipamentos da área externa e local para alimentação inadequado em quase um quarto dos casos.

Contatou-se, também que as medidas de accountability influenciam fortemente o trabalho dessas escolas, de modo que o foco principal das escolas foi direcionado para o alcance dos indicadores educacionais, algo que impacta diretamente no planejamento e na organização do trabalho pedagógico nas escolas, por meio de fixação de metas baseadas no Ideb e do treinamento dos alunos para responderem avaliações do tipo (simulados).

Desse modo, os municípios paraibanos, mesmo estando situados em uma das regiões mais pobres do país, com os mais baixos indicadores de desenvolvimento educacional e humano, com o dobro do índice de analfabetismo da média nacional (IBGE, 2023), têm se esforçado na busca por atingir os mesmos resultados que os estados das outras regiões, mas ainda apresentam os resultados mais baixos (Inep, 2023).

Portanto, a busca pelo aumento do desempenho nessas escolas paraibanas, via nota do Ideb, não está levando em consideração as questões objetivas dos alunos e das escolas, mas sim internalizando o modelo gerencialista baseado em fazer mais com menos, culpabilizando os sujeitos pelos resultados, os quais também deveriam ser atribuídos à ausência de responsabilidade do Estado.

A própria ausência de questões mais incisivas direcionadas a infraestrutura predial e as condições de uso e funcionamento de equipamentos e espaços internos das escolas, enquanto que existem várias perguntas relacionadas a avaliações externas/metras/treinamento, são um reflexo dessa falta de atenção pública para as questões objetivas das escolas.

Os microdados aqui analisados também são pouco divulgados, ao contrário do Ideb, o que faz com que a situação de precariedade e de descaso com a educação pública nesses contextos de realização dessas provas seja pouco considerada.

Aparentemente, o projeto é que uma mentalidade de culpabilização dos agentes das escolas se instaure no imaginário da população pelos baixos resultados do Ideb e outros índices, perdendo-se de foco a ausência do Estado enquanto mantenedor e transformando a lógica de funcionamento dessas escolas públicas na mesma lógica das escolas privadas, tornando os diretores(as) gerenciadores(as) das mesmas.

REFERÊNCIAS

AFONSO, Almerindo Janela. Políticas avaliativas e accountability em educação: subsídios para um debate ibero-americano. **Sisifo**, Lisboa, n. 9, p. 57-69, maio-ago, 2009.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). **Questionário eletrônico do Diretor - SAEB 2019**. Disponível em: https://download.inep.gov.br/educacao_basica/saeb/aneb_anresc/quest_contextuais/2019/questionario_eletronico_diretor_saeb_2019.pdf. Acesso: 15 de fev. 2023

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). **Questionário eletrônico do Diretor - SAEB 2021**. Disponível em: https://download.inep.gov.br/saeb/questionarios/questionario_eletronico_diretor.pdf. Acesso em: 15 de fev. 2023.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Diretoria de Avaliação da Educação Básica (DAEB). **Sistema de Avaliação da Educação Básica: documentos de referência - versão preliminar. 2020a**. Disponível em: https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/avaliacoes_e_exames_da_educacao_basica/saeb_documentos_referencia_versao_preliminar.pdf. Acesso em: 10 out. 2022.

BONAMINO, A. A evolução do Saeb: desafios para o futuro. **Em Aberto**, Brasília, v. 29, n. 96, p. 113-126, maio/ago. 2016. Disponível em: <http://rbep.inep.gov.br/ojs3/index.php/emaberto/article/view/3155/2890>. Acesso em: 15 mai. 2022.

GAMBOA, Silvio Sánchez. **Quantidade e Qualidade: para além de um dualismo técnico e de uma dicotomia epistemológica**. In SANTOS FILHO, José Camilo dos; GAMBOA, Silvio Sánchez (Org.) Pesquisa Educacional: quantidade-qualidade. São Paulo: Cortez, 2013.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Cidades@Paraíba**. 2023. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pb/panorama>. Acesso em: 05 mar. 2023.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira | Inep. **Índice de Desenvolvimento da Educação Básica. 2023**. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/ideb>. Acesso em: 29 mar. 2023.

INEP. **Microdados do Saeb 2021**. Brasília: Inep, 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/acesso-a-informacao/dados-abertos/microdados/saeb>. Acesso em: 30 dez. 2022.

INEP. **Resumo Técnico do estado da Paraíba: Censo Escolar da Educação Básica 2021**. Brasília, DF: Inep, 2022. Disponível em: https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/2021/resumo_tecnico_do_estado_da_paraiba_censo_escolar_da_educacao_basica_2021.pdf. Último acesso em 15 de fevereiro de 2023.

OLIVEIRA, Romualdo Portela de. **A utilização de indicadores de qualidade na unidade escolar ou porque o IDEB é insuficiente**. In: BAUER, Adriana; GATTI, Bernadete A. (Orgs.). Vinte e cinco anos de avaliação de sistemas educacionais no Brasil: implicações nas redes de ensino, no currículo e na formação de professores. Florianópolis: Insular, 2013. p. 81-100. Disponível em: <http://www.producao.usp.br/handle/BDPI/44539>.

PINTO, J. M. R. Federalismo, descentralização e planejamento da educação: desafios aos municípios. **Cadernos de Pesquisa**, v. 44, n. 153, p. 624-644, jul./set. 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/ftsTfkZhGs5KD8WQK3rccHR/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 10 fev. 2023.

RICHTER, L. M.; SOUZA, V. A.; SILVA, M. V. A dimensão meritocrática dos testes padronizados e a responsabilização unilateral dos docentes. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação** - Periódico científico editado pela ANPAE, [S. l.], v. 31, n. 3, p. 607-625, 2016. DOI: 10.21573/vol31n32015.60198. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/rbpae/article/view/60198>. Acesso em: 25 set. 2023.

SILVA, Andréia Ferreira da; GONÇALVES, Evany da Silva; NASCIMENTO, Micaelle Ribeiro. **As iniciativas federais de avaliação externa da educação básica e seus desdobramentos nas políticas e nas práticas adotadas em uma escola Municipal do Agreste paraibano**. In: SILVA, Andréia Ferreira da. Educação básica: políticas de avaliação externa e outros temas. Campina Grande: Ideia, 2015

SILVA, Andréia Ferreira da; SILVA, Luciana Leandro da; COSTA, Carmen Rossana Noberto da; FREIRE, Arlane Markely dos Santos e RODRIGUES, Jonas da Silva. Políticas de avaliação externa da educação básica: um estudo das iniciativas das redes municipais do estado da Paraíba. **Revista Administração Educacional** - CE-UFPE Recife-PE, V.11 N. 2 p. 20-41. jul./dez. 2020.

SILVA, T. O. C.; FOFONCA, E. Neoliberalismo, Terceira Via e o Gerencialismo Na Gestão Educacional: (Des)Caminhos do Investimento em Educação Pública no Brasil. **Interfaces Científicas - Educação**, [S. l.], v. 10, n. 3, p. 306-317, 2021. DOI: 10.17564/2316-3828.2021v10n3p306-317. Disponível em: <https://periodicos.set.edu.br/educacao/article/view/8379>. Acesso em: 25 set. 2023.

VERGER, A.; FONTDEVILA, C.; PARCERISA, L. **Reformando a governança através de instrumentos de políticas públicas**: como e em que medida padrões, testes e accountability na educação se espalham no mundo. In: OLIVEIRA, D.; DUARTE, A. M. C.; RODRIGUES, C. M. L. A política educacional em contexto de desigualdade: uma análise das redes estaduais de ensino da região Nordeste. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2019, p. 15-58.